

Ensino Médio e Filosofia. Reflexões sobre a Filosofia da Práxis de Antonio Gramsci.¹Barbara White²**Introdução**

O final do século XX foi um período de mudanças significativas para a educação brasileira. Se a década de 1980 foi marcada pelo sentimento de redemocratização do país e pela introdução de correntes de pensamento socialista no debate sobre educação, a década de 1990 foi marcada pelo ideal de exercício da cidadania através da implementação das políticas neoliberais em diversos setores. Nesse cenário, a Filosofia é reintroduzida no Ensino Médio através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9.394 de 1996 – (BRASIL, 1996), tendo como finalidade garantir ao educando o domínio dos conhecimentos necessários ao exercício da cidadania.

A reintrodução da Filosofia no Ensino Médio, além das próprias questões acerca da Educação e, por conseguinte, do Ensino Médio, fez emergir questões sobre a própria filosofia. Em torno da filosofia, por exemplo, destacam-se as questões sobre a finalidade do ensino de filosofia, perspectivas filosóficas difundidas, metodologia de ensino, formação dos professores que ministram aulas de filosofia, a relação estabelecida entre os jovens do Ensino Médio com a filosofia, a utilidade prática da filosofia, entre outras.

Diversos aspectos perpassam a relação filosofia e educação. Sabendo que não daria conta de desenvolver aqui todas as questões acerca do tema, o objetivo principal do artigo é, a partir da metodologia de ensino de filosofia indicada por Antonio Gramsci, trazer para o debate a filosofia da práxis como perspectiva filosófica para o Ensino Médio.

A proposta é ressignificar a filosofia para os jovens do Ensino Médio, buscando, com a filosofia da práxis, elementos que de fato promovam o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo para a realização do exercício da cidadania, culminando numa nova concepção do mundo. Gramsci parece apontar uma saída para o preconceito contra a filosofia ao propor uma metodologia de ensino de filosofia que parte das situações concretas, do saber desagregado, do senso comum e que se desenvolve num processo de elevação intelectual e moral, de

¹ O conteúdo deste artigo é resultado de pesquisa de tese de doutorado (c.f. WHITE, 2018a). Originalmente publicado na coletânea: *O Fermento de Gramsci na nossa Filosofia, Política e Educação* (c.f. WHITE, 2018b).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ/FFP). Licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Substituta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Orientadora Educacional da Secretaria de Educação do Município de Maricá. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF).

autoconhecimento, de intervenção e transformação. Para tanto, é necessário, nesse momento, retomar o pensamento de Gramsci sobre a filosofia da práxis e sobre os intelectuais.

Filosofia da práxis

O cerne da filosofia da práxis delineada por Gramsci tem sua fundamentação nos estudos de Marx. Entretanto, a inovação da filosofia da práxis, delineada pelo pensador italiano, foi o aprofundamento do método dialético de Marx – responsável por desvelar as contradições no processo de produção e reprodução da vida material e, por conseguinte, das relações sociais. “Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas apenas as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico” (COUTINHO, 2012, p. 123).

A inovação da filosofia da práxis pode ser elucidada através da tese sobre Feuerbach XI, em que Marx (1978) sinaliza que, “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo”. Gramsci (2011, p. 189) vai complementar a tese XI: “isto é, que a filosofia deve se tornar política para tornar-se verdadeira, para continuar a ser filosofia, que a ‘tranquila teoria’ deve ser ‘realizada praticamente’, deve fazer-se realidade efetiva”.

O enriquecimento da teoria marxista por parte de Gramsci está contido, especialmente, na sua concepção de Estado³, que é repensado no plano das superestruturas como espaço de aglutinação e democratização da sociedade. Gramsci compreende o Estado como um dos dois grandes planos da dimensão superestrutural, a saber:

Por enquanto podem-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos vulgarmente chamados de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2014, p. 20-21).

Contudo, a concepção de Gramsci de que tanto o Estado como a sociedade civil são os dois grandes planos da superestrutura, deve ser analisada de modo cuidadoso, buscando uma análise a partir de uma relação de unidade-distinção, na qual o Estado e a sociedade civil exercem funções inseparáveis.

³ Para aprofundamento sobre a questão do Estado em Gramsci duas leituras são sugeridas como proposta de aprofundamento do que pode ser chamado de “teoria do Estado ampliado”, ver: Buci-Glucksmann, 1980 e Coutinho, 2012.

Para a conquista dessa hegemonia popular, Gramsci (2014, p.19) define que, “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”. Isto é, a escola é responsável pelo desenvolvimento intelectual dos educandos. A escola deve possibilitar que cada indivíduo seja capaz de desenvolver o seu grau máximo de intelectualidade.

É provável que a escola, sendo espaço formal de educação, represente para os jovens da classe popular o espaço privilegiado de um estudo sistematizado, que vise a elevação intelectual e moral dos indivíduos. Assim, o exercício da cidadania na filosofia da práxis assume a característica de formação não apenas técnica, mas também política, visando organicamente à formação de intelectuais na luta pela organização e conexão da hegemonia popular.

Para Gramsci a filosofia da práxis passa a ter a finalidade de tomada de consciência do sujeito em questão, de compreensão e conhecimento de si mesmo através de uma interlocução crítica com o mundo. Visa um processo ativo de organização, no qual os jovens sejam capazes de ser dirigentes e protagonistas na elaboração de um projeto próprio de sociedade.

Não se trata apenas de conquistar o poder, de apoderar-se do Estado, de administrá-lo técnica e pragmaticamente melhor que a burguesia, mas de romper com a concepção de poder e de Estado capitalista, de superar a visão política como esfera separada, estranha, acima do sujeito e das relações sociais [...] de modo a operar efetivamente a passagem para uma sociedade substantivamente democrática. (SEMERARO, 2006, p. 55).

Diante da intervenção do Estado e da sociedade civil no processo de conquista e manutenção da hegemonia, ou seja, da tarefa educacional através das suas funções organizativas e conectivas exercidas pelos intelectuais, urge a necessidade de elevação de consciência das massas populares. O objetivo é a formação de novos quadros de intelectuais capazes de assumir esta função organizativa, mas conectiva com as classes populares. A presença da filosofia no Ensino Médio pode representar esta oportunidade para as classes populares.

Os intelectuais

O autor italiano ao tratar da questão sobre o intelectual define que:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dados pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem

passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2014, p. 21).

Historicamente são os intelectuais os que possuem essa função de organização cultural do projeto social que será determinado pelo grupo dominante. Essa função organizativa é própria dos intelectuais devido ao desenvolvimento da capacidade dirigente e técnica que eles desenvolveram ao longo do processo histórico. E assim, são colocados numa posição tão privilegiada, que se distanciam das camadas populares.

Gramsci destaca que o processo histórico real de formação das múltiplas categorias de intelectuais é complexo, mas duas dessas formas são as mais importantes:

1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.

2) Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareceriam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias é a dos eclesiásticos. (GRAMSCI, 2014, p. 15).

Na primeira categoria de intelectuais, o autor italiano sinaliza que as relações sociais estabelecidas a partir das relações de produção determinam a criação de novas camadas de intelectuais. São intelectuais orgânicos ao grupo social ao qual pertencem, tendo como função, além da organização de forma homogênea desse mesmo grupo social, a organização da sociedade em geral com vistas à expansão da própria classe social.

Os intelectuais orgânicos apesar da sua função de organizadores e especialistas nas suas atividades profissionais – o que garante o vínculo com as relações de produção, e, por conseguinte, com o modo de produção do seu tempo – atuam também como agentes na produção cultural e educativa, como agentes de manutenção da ideologia do grupo social ao qual pertencem. Sua consciência de classe permite a atuação intelectual em diversas áreas da sociedade, como no aparelho jurídico, na sociedade civil e na sociedade política. Toda a intervenção desses intelectuais tem sempre como objetivo a hegemonia da sua classe social.

Já os tradicionais são os intelectuais que sobrevivem às mudanças estruturais do modo de produção e dos processos históricos. A continuidade do papel exercido por esse grupo perpassa as modificações sociais, políticas e econômicas. Mesmo que ligada ao grupo social

dominante, a camada de intelectual tradicional não age em benefício exclusivo de um determinado grupo, mas a favor da sua própria categoria e de seus interesses.

Em se tratando dos intelectuais tradicionais, os filósofos representam boa parte dessa camada intelectual. A filosofia é a representação da mais alta intervenção do grupo dominante no processo de conquista ideológica e garantia de sua hegemonia no plano da superestrutura, posto que até a camada intelectual do clero desenvolve competências acerca do conhecimento filosófico.

A sinalização de que os intelectuais, na luta pela hegemonia social e pelo governo político, são os responsáveis pelo consenso e pela coerção (quando o consenso espontâneo desaparece), acaba por indicar a necessidade de uma nova perspectiva de intelectuais orgânicos que será apresentada por Gramsci. Se o autor já havia apresentado a existência de intelectuais comprometidos com a própria classe social, diante do papel determinante dos intelectuais na reprodução da vida social, ele inova ainda mais essa perspectiva e indica a necessidade de formação de intelectuais que sejam orgânicos à classe popular.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2014, p. 54).

Essa organicidade defendida por Gramsci salienta que o saber popular não é algo inconsistente e miserável. Mas um saber desagregado, contextualizado mediante a realidade vivida. Saber este, permeado por singularidades e “inteligências objetivas” (MARX; ENGELS, 1989) produzidas nas relações sociais por meio de desigualdades e posições, ora de poder ora de submissão, em uma sociedade dividida em classes. Gramsci reforça que o movimento de organização e fusão do pensamento simples no pensamento intelectual é um dever necessário para a construção de um corpo social verdadeiramente unitário. Afirma ainda que:

Seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a mesma função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). (GRAMSCI, 2014, p. 18).

Metodologia do ensino de filosofia

A metodologia do ensino de filosofia é apresentada por Gramsci em três etapas, a primeira a partir do senso comum, a segunda a partir da religião e a terceira a partir dos sistemas

filosóficos elaborados pelos intelectuais tradicionais. Sobre a questão do ensino de filosofia, Gramsci indica que:

No ensino de filosofia dedicado não a informar historicamente o aluno sobre o desenvolvimento da filosofia passada, mas a formá-lo culturalmente, para ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento e assim participar de uma comunidade ideológica e cultural, é necessário partir do que o aluno já conhece, da sua experiência filosófica (após lhe ter demonstrado que ele tem uma tal experiência, que é um “filósofo” sem o saber). E, já que provavelmente não tiveram ainda mais que informações soltas e fragmentárias, carecendo de qualquer preparação metodológica e crítica, não é possível deixar de partir do “senso comum”, em primeiro lugar, da religião, em segundo e, só numa terceira etapa, dos sistemas filosóficos elaborados pelos grupos intelectuais tradicionais. (GRAMSCI, 2011, p.199).

O que Gramsci propõe é uma metodologia inversa a qual estamos acostumados a utilizar. A realidade é que, ainda hoje, a educação brasileira apresenta uma característica de valorização excessiva de conteúdos, de práticas focadas no processo de memorização e de ensino enciclopédico, que na maioria das vezes, está desconectado da realidade cotidiana dos alunos, isto é, das suas experiências, de seus conhecimentos.

A sinalização de que o ponto de partida para o ensino de filosofia acontece a partir do conhecimento prévio trazido pelo aluno, ou seja, das suas experiências filosóficas, indica a necessidade de uma inversão de papéis no processo educativo. O protagonista não é mais o professor, tampouco os clássicos da filosofia, mas sim o aluno. E essa inversão fará toda a diferença no processo de aprendizagem, pois a filosofia será contextualizada e ressignificada a partir da própria concepção do mundo trazida pelo aluno, ou seja, de sua filosofia espontânea.

Ao sinalizar que a tarefa do professor, no processo de auxiliar o aluno na elaboração de um pensamento crítico, deve partir do conhecimento trazido pelo próprio aluno, Gramsci sinaliza que esse processo deve ser precedido pela demonstração de que o aluno também tem uma experiência filosófica.

É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. (GRAMSCI, 2011, p. 93).

Destruir o preconceito de que a filosofia é específica de especialistas de uma determinada categoria de intelectuais, que na maioria das vezes compõe um seletivo grupo social, é possibilitar a aproximação e o interesse dos alunos pela filosofia. Os alunos poderão perceber que a sua própria concepção do mundo é uma composição de elementos sociais, políticos e

culturais, difundida, ao longo da história, pelos intelectuais tradicionais do grupo social dominante. Ou seja, que o pensamento mergulhado no senso comum acaba por incorporar à sua concepção do mundo uma construída a partir de um processo de “submissão ou subordinação intelectual” (GRAMSCI, 2011, p.97), sem que haja um movimento de elaboração crítica e consciente por parte dos “simples”.

O senso comum

O senso comum é apresentado como:

A filosofia dos não-filósofos, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio [...] é o folclore da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social das multidões das quais ele é a filosofia. (GRAMSCI, 2011, p. 115).

Não se pode desconsiderar que o aluno pertence a um determinado grupo social, e que sua concepção do mundo é constituída por todos os elementos que compõem esse grupo. Esses elementos são absorvidos de forma acrítica e desagregada, sendo enraizados e legitimados pelos diversos espaços socioculturais pelos quais circulam. Acrítica porque são concepções absorvidas sem que haja a consciência dos elementos que se está incorporando. E desagregada porque acontecem a partir de processos já naturalizados pelo grupo a que pertencem. Estão presentes nas brincadeiras da infância, nos hábitos adquiridos com a família, nas tradições e costumes do grupo a que pertencem.

Contudo, apesar das críticas ao senso comum, diante desse processo acrítico e desagregado de sua constituição, o senso comum também apresenta um lado “sadio”, chamado pelo autor italiano de “bom senso”. Quando os indivíduos compreendem a filosofia por “tomar as coisas com filosofia” (GRAMSCI, 2011, p. 98) demonstram o interesse por “tomar as coisas” através de um processo de reflexão, de atividade intelectual, teórica, das questões a serem enfrentadas e resolvidas.

Este é o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, porque não é possível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de ideias e opiniões. (GRAMSCI, 2011, p. 98).

Desse modo, Gramsci apresenta duas vertentes para a questão do senso comum. A primeira é a possibilidade de desenvolvimento e elevação intelectual e moral a partir do conhecimento pré-científico apresentado pelo bom senso. A segunda é o processo de superação das concepções desagregadas e acríticas, difundidas através do próprio devir histórico.

A religião

Na segunda etapa do processo metodológico Gramsci parte da religião. Assim como toda a obra de Gramsci, suas considerações sobre religião devem ser contextualizadas historicamente, desse modo será possível compreender a relevância da religião como segunda etapa no processo de metodologia para o ensino de filosofia. E nesse caso, as considerações partem, em específico, do conceito de religião aplicado por Benedetto Croce⁴.

Para Gramsci, a questão da religião está centrada não no aspecto confessional, mas no sentido laico.

A religião e o senso comum não podem constituir uma ordem intelectual porque não podem reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual, para não falar na consciência coletiva: não podem reduzir-se à unidade e a coerência “livremente”, já que “autoritariamente” isto poderia ocorrer, como de fato ocorreu, dentro de certos limites, no passado. O problema da religião, entendida não no sentido confessional, mas no sentido laico, de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela: mas por que chamar esta unidade de fé de “religião”, e não de “ideologia” ou mesmo de “política”? (GRAMSCI, 2011, p. 96).

A necessidade de reflexão sobre a religião, como a segunda etapa no processo metodológico de ensino de filosofia, ocorre a partir da crítica do autor sobre a força que a religião, concebida como concepção do mundo, tem no estímulo e na condução das ações dos indivíduos. Seria a substituição do termo fé por ideologia, ou seja, há uma premissa teórica implícita que orienta e conduz a vontade e ação dos indivíduos, estando eles submetidos às sanções dessa ideologia.

A relevância de análise da religião, assim como do senso comum, nas etapas metodológicas do ensino de filosofia parte, então, do aspecto político contido no processo de elaboração de uma concepção do mundo. Isto ocorre através da capacidade organizativa e de conservação de unidade dos estratos religiosos na esfera cultural.

A concepção do mundo construída de forma acrítica e desagregada terá como consequência ações, atividades práticas, que serão orientadas por um processo de subordinação intelectual a outro grupo social. E como toda ação é uma ação política (GRAMSCI, 2011, p. 97), a construção de uma concepção do mundo é também uma ação política.

Portanto, os aspectos políticos intrínsecos à religião, representados ora pelos elementos que a religião fornece para a constituição do senso comum, ora pela influência da religião no processo de orientação das ações dos indivíduos, são representações das ações dos intelectuais

⁴ Filósofo italiano com ascensão na Europa contra o materialismo histórico, favorecendo o campo das tensões e não das contradições, tentando desconstruir o pensamento de Marx. Gramsci constrói em sua teoria toda uma análise sobre Croce. Para maior aprofundamento ver: Gramsci, 2011.

tradicionais no projeto de organização da cultura. Desse modo, esses aspectos mais que justificam a relevância dessa segunda etapa do processo metodológico definido por Gramsci.

Sistemas filosóficos tradicionais

A terceira etapa da metodologia apresentada por Gramsci trata dos sistemas filosóficos tradicionais, que são valorizados pelo autor italiano por apresentarem um rigor científico, através de elaboração intelectual crítica, coerente e sistematizada. Em sua grande maioria, esses sistemas filosóficos são produzidos individualmente pelos filósofos tradicionais. Mas de que forma acontece o processo de legitimação de um sistema filosófico?

A filosofia, compreendida por Gramsci como concepção do mundo é também uma ação política. E as ações políticas são mediadas também pelas experiências adquiridas através dos organismos de cultura, que, por sua vez, são delineadas e organizadas através da intervenção dos intelectuais que estão a serviço do grupo social dominante. Isto posto, pode-se dizer que a filosofia é também um instrumento de coesão, de consenso, dos grupos sociais de uma sociedade. O processo de legitimação de um determinado sistema filosófico acontece então, a partir da satisfação das necessidades e dos interesses do grupo social dominante.

A filosofia, difundida na história e apresentada através de uma condição quase dogmática, serve como uma espécie de instrumento orientador no processo de conservação da unidade ideológica de determinado grupo hegemônico. A intensidade de apropriação de uma concepção do mundo está ligada à capacidade organizativa das esferas de cultura pelo grupo social dominante.

Os sistemas filosóficos tradicionais quase sempre partem de uma visão unitária de uma questão, tendo uma função muito mais intelectual e restrita às dimensões do pensamento. De acordo com Gramsci:

[...] o fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um “fato filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2011, p. 96).

As condições sociais de desenvolvimento intelectual das classes populares foram historicamente mediadas pelos intelectuais tradicionais. Estes por sua vez, por estarem ligados ao grupo social dominante, conduziram esse desenvolvimento intelectual de modo que, aos simples, restasse apenas o desenvolvimento intelectual limitado ao desenvolvimento técnico da produção material. E assim, as descobertas dos filósofos tradicionais fazem pouco ou quase

nenhum sentido aos simples. Os subalternizados, que em grande maioria estão intelectualmente envolvidos no “folclore” do senso comum, não se identificam com a filosofia dos intelectuais, ou não conseguem atingir as elucubrações por eles realizadas.

Ao deslocar os sistemas filosóficos, produzidos pelos filósofos tradicionais para a terceira etapa do processo metodológico de ensino de filosofia, Gramsci não desvaloriza ou critica esses sistemas ou filósofos, apenas sinaliza que essa filosofia deve ser traduzida para a vida ativa, real e concreta. O autor italiano indica a necessidade de uma filosofia que atenda às necessidades concretas da vida dos indivíduos, que a filosofia não esteja restrita ao pensamento, mas que tenha sentido e orientação prática, ativa e criativa como concepção do mundo. Gramsci esclarece ainda que:

[...] um movimento filosófico só merece este nome na medida em que busca desenvolver uma cultura especializada para restritos grupos de intelectuais ou, ao contrário, merece-o na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os “simples” e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos? Só através deste contato é que uma filosofia se torna “histórica”, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida”. (GRAMSCI, 2011, p. 100).

Uma das críticas feitas à disciplina de Filosofia pelos jovens é a de que a filosofia é pouco interessante e que eles não conseguem perceber a utilidade da filosofia na vida cotidiana. A metodologia indicada por Gramsci, a partir do senso comum, de passar pela religião e por fim chegar aos sistemas filosóficos clássicos pode ressignificar essa “filosofia” que, *a priori*, apresenta-se tão desinteressante e sem sentido para os jovens alunos do Ensino Médio.

A filosofia tradicional e suas elucubrações individuais acabam por perpetuar a ideia de que os simples não são capazes de elaborar as suas próprias concepções de mundo. Gramsci (2011, p. 93) inicia o primeiro parágrafo dos seus “Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura” sinalizando que, “é preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”.

A filosofia apresentada pelos filósofos tradicionais, ainda que seja uma representação do mais alto padrão de evolução intelectual de um indivíduo, faz parte também de um senso comum, restrito ao grupo de intelectuais. A inovação apresentada por Gramsci é a de que esta filosofia (que também é um senso comum, só que dos intelectuais) seja difundida a partir de uma renovação que acontece somente através da ligação dos intelectuais com as questões da vida prática dos “simples”.

Considerações finais

Entre os caminhos percorridos pela Filosofia no Ensino Médio, a justificativa apresentada pela LDB (BRASIL, 1996) indica que a reintrodução da Filosofia neste segmento basicamente aconteceu devido ao seu caráter reflexivo que, por conseguinte, é considerado – por estas mesmas leis – condição indispensável para a construção e o exercício da cidadania.

Gramsci indicou em toda sua teoria que a relação entre filosofia e educação é acima de tudo uma questão política. Pensar em filosofia é pensar em efeitos práticos do pensamento na vida concreta. É pensar numa filosofia que seja para a vida, que possibilite ao aluno perceber que a filosofia pode e deve trazer utilidade prática para a sua vida, através da unidade entre teoria e prática.

A proposta de uma perspectiva filosófica no Ensino Médio comprometida com a formação intelectual e moral, que vise à elaboração de uma nova concepção do mundo, com uma metodologia desenvolvida a partir da problematização dos aspectos acerca do senso comum, da religião e dos sistemas filosóficos já elaborados, parece realmente apresentar as condições necessárias ao exercício da cidadania. A questão não é “introduzir *ex-novo* uma ciência individual na vida de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente” (GRAMSCI, 2011, p. 101).

Ao longo de todo o Caderno 11, Gramsci apresenta sua concepção de filosofia como a expressão de uma concepção do mundo. O que o autor italiano propõe é que a filosofia, como concepção do mundo, produza conhecimentos a partir das experiências políticas, econômicas, culturais e sociais correlacionadas com a expressão histórica real e concreta. A filosofia não pode ser reduzida a instrumento da política, mas deve ser ampliada como expressão da própria ação política.

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei n. 9.394/1996). Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida SP: Ideias e Letras, 2006.

WHITE, Barbara. *A filosofia no ensino médio. Contribuições da filosofia da práxis de A. Gramsci*. Niterói, 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

WHITE, Barbara. O ensino de filosofia no Ensino Médio: a construção de um novo sentido a partir de Antonio Gramsci. In: LOLE, Ana (org.). *O Fermento de Gramsci na nossa filosofia, política e educação*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.